A
H

M

M

**CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E/OU
DESMONTAGEM DE PAPELEIRAS
ENTRE**

1.º Outorgante: "MAI AMBIENTE EM", pessoa colectiva nº. 505060868

2.º Outorgante: "EstiloImage – Decorações de Espaços, Lda", pessoa coletiva nº
506 533 107,

PRESSUPOSTOS:

*Considerando que o Conselho de Administração da **MAI AMBIENTE** deliberou, na sua reunião do dia 2 de Setembro de 2020, conforme Informação de manifestação de necessidade I/256/2020, subscrita pelo DG Eng^o Carlos Mendes, a abertura de um procedimento por Ajuste Direto por critério de valor, para "**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E/ OU DESMONTAGEM DE PAPELEIRAS**";-----

* Considerando não existir lugar à elaboração de Relatórios de avaliação de propostas e Audiência Prévia, e a Proposta aceite, por se encontrar conforme com o Caderno de Encargos, procedeu-se à elaboração da Minuta do Contrato, e o Conselho de Administração da **MAI AMBIENTE**, na sua reunião ordinária de 1 de Outubro de 2020, deliberou adjudicar, bem como aprovou em Minuta o presente *Contrato* por se encontrar conforme com a decisão de contratar;-----

* Considerando que o **Segundo Outorgante**, fez prova através da apresentação dos Documentos de Habilitação, por certidão actualizada, de que tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas ao Estado e das contribuições para a Segurança Social, bem como assim que os titulares dos órgãos sociais da Administração não foram condenados pelos crimes de participação em actividades de uma organização criminosa, corrupção, fraude, branqueamento de capitais; -----

* Considerando que em nome da **MAI AMBIENTE**, foi nomeado como Gestor do presente Contrato, o Sr. Eduardo Machado, em cumprimento do artigo 96^o, nº1, alínea i), conjugado com o artigo 290^o-A do Código dos Contratos Públicos; -----

* Considerando o teor da *Proposta* e respectivos documentos, apresentados pelo **Segundo Outorgante**, bem como a Informação de Cabimento (35/2020) quanto ao procedimento, acordam os Outorgantes na celebração do presente Contrato para

"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E/OU DESMONTAGEM DE PAPELEIRAS" que se regerá, supletivamente pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redacção atual, demais legislação aplicável, e ainda, pelas cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes: -----

Artigo 1º

(Âmbito e Objetivo)

O presente Contrato tem por objecto principal a aquisição de serviços de montagem e/ou desmontagem de papeleiras pela **MAI AMBIENTE** ao **Segundo Outorgante**, em conformidade com o Caderno de Encargos, designadamente Cláusulas técnicas e a Proposta aceite.

Artigo 2º

(Elementos do contrato e regras de interpretação)

- 1 – O presente *Contrato* é composto pelo respectivo clausulado contratual.
- 2 – O *Contrato* integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O Caderno de Encargos;
 - b) A Proposta adjudicada;
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do *Contrato*, prevalecem os primeiros, de acordo com o n.º 6 do artigo 96º do Código dos Contratos Públicos, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Artigo 3º

(Prazo)

O contrato mantém-se em vigor, pelo **prazo de três meses** desde a data da sua outorga, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 4º

(Obrigações principais do Segundo Outorgante)

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e/ou no Caderno de Encargos, da celebração do presente *Contrato* decorrem para o **Segundo Outorgante** as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de respeitar os horários previamente definidos;
- b) Obrigação de intervir no prazo de 7 dias após as solicitações efetuadas pela Maiambiente;
- c) Obrigação de intervir no prazo de 48 horas em situações que seja solicitada urgência por parte da Maiambiente;
- d) Obrigação de adquirir todos os produtos de uso corrente e serviços necessários à realização dos trabalhos da Prestação de Serviços;
- e) Obrigação de cumprir toda a legislação e regulamentação aplicável em vigor, nomeadamente a legislação no âmbito da saúde, higiene e segurança no trabalho, relativamente a todo o pessoal utilizado para a realização da Prestação de Serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- f) Obrigação de acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor e que venham entretanto a ser aprovadas, a vida e a segurança do pessoal utilizado no âmbito desta Prestação de Serviços e prestar-lhe a assistência médica de que careça, por motivo de acidente de trabalho. Providenciará ainda, a aquisição de todos os equipamentos de proteção, individual ou coletiva, fomentando a sua utilização através de todos os meios ao seu alcance;
- g) Obrigação de dispor de apólices de seguro contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal, que apresentará à Maiambiente

antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que a entidade adjudicante ou a Fiscalização assim o exija.

h) Obrigação de cumprimento dos prazos.

2 – A título acessório, o **Segundo Outorgante** fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a instalações e a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom cumprimento do Contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Artigo 5º

(Confidencialidade e protecção de dados pessoais)

1– O **Segundo Outorgante** obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe hajam sido confiados pela **MAI AMBIENTE** ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do Contrato ou por causa dele.

2– Os dados pessoais a que o **Segundo Outorgante** tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela **MAI AMBIENTE**, ao abrigo do Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.

3 – O **Segundo Outorgante** compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **MAI AMBIENTE**, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito pela mesma.

4 – No caso em que o **Segundo Outorgante** seja autorizado pela **MAI AMBIENTE** a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 – O **Segundo Outorgante** obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais e demais legislações aplicáveis, em particular o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos Contratos escritos que o **Segundo Outorgante** celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6 – O **Segundo Outorgante** obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **MAIAMBIENTE** única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas ao objeto do contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes do instrumento de legalização respeitante aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhes sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à protecção de dados pessoais tratados por conta da **MAIAMBIENTE** contra a respetiva destruição, acidental ou lícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar à **MAIAMBIENTE** toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuados ao abrigo do Contrato e manter a **MAIAMBIENTE** informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato

qualquer situação que possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de protecção de dados pessoais;

g) Assegurar que os seus colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no Contrato.

7 – O **Segundo Outorgante** será responsável por qualquer prejuízo em que a **MAI AMBIENTE** venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no Contrato.

8 – Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou colectiva que preste serviço ao **Segundo Outorgante**, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.

9 – A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantêm-se em vigor mesmo após a cessação do contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Artigo 6º

(Dever de sigilo)

1 – O **Segundo Outorgante** deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **MAI AMBIENTE**, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do *Contrato*.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do *Contrato*.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo **Segundo Outorgante** ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de

processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do *Contrato*, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Artigo 7º

(Preço contratual)

1 – O preço a pagar pela **MAI AMBIENTE**, ao **Segundo Outorgante** é de **16.329,00€ (Dezasseis mil, trezentos e vinte e nove Euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal, perfazendo-se o encargo total do presente Contrato e conforme a Lista de Preços Unitários indicada na Proposta.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **MAI AMBIENTE**, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 8º

(Condições de pagamento)

1 - As quantias devidas pela **MAI AMBIENTE**, deverão ser pagas no prazo de 60 dias após a data de entrega das respetivas faturas e sua validação pelos serviços, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos elementos a desenvolver pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato.

RAÚBO DIAS

OGADº

n.º 198 - 105

N.º 2070 - 2.ª Sala 26

124 M

Tel. / Fax. 213 493 706

is-5649@advogados.ao.pt

- 3 - A faturação a emitir deverá exibir a referência do respectivo Procedimento Contratual que consta dos documentos de adjudicação, em cumprimento da legislação aplicável.
- 4 - As faturas que não exibam a identificação do procedimento e a data de vencimento (60 dias), ou contenham imprecisões, serão devolvidas para efeito de correção.
- 5 - Em caso de discordância por parte da **MAI AMBIENTE**, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao **Segundo Outorgante**, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o **Segundo Outorgante** obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas, por regra, através de transferência bancária.
- 7 - A faturação deverá ser emitida em nome da **MAI AMBIENTE**, com referência ao documento que lhe deu origem, e remetida preferencialmente, via eletrónica.

Artigo 9º

(Penalidades contratuais)

- 1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a **Maiambiente** pode exigir ao **Segundo Outorgante**, o pagamento de uma pena pecuniária, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 5% do valor contratual;
- 2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do **Segundo Outorgante**, a Maiambiente pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de até 20% do valor contratual.
- 3 - Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a respectiva resolução do contrato.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a **MAIAMBIENTE** tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5- A **MAIAMBIENTE** pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.

6 - As sanções pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a Maiambiente exija uma indemnização pelo dano excedente

Artigo 10º

(Resolução por parte da Maiambiente)

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a **MAIAMBIENTE** pode resolver o Contrato, a título sancionatório, no caso de o **Segundo Outorgante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes do contrato superior a trinta dias ou declaração escrita do Segundo Outorgante de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao **Segundo Outorgante** e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela **MAIAMBIENTE**.

Artigo 11º

(Resolução por parte do Segundo Outorgante)

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o **Segundo Outorgante** pode resolver o Contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de sessenta dias para além do prazo de vencimento das respetivas faturas.

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à **MAI AMBIENTE**, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

4 – A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Segundo Outorgante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o Artigo 444.º do CCP.

Artigo 12º

(Encargo Total e Classificação Orçamental)

O presente contrato está cabimentado e será suportado por conta das verbas inscritas no Orçamento aprovado para o ano de 2020, conforme **Informação de Cabimento** (35/2020) dos Serviços da Unidade Financeira, classificada na rubrica "FSE – Conservação e reparação".

Artigo 13º

(Foro competente)

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 14º

(Comunicações e notificações)

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser

REG
11, N.º 20
334 M
184 / Fas
dias-564

comunicada à outra parte.

Artigo 15º

(Contagem dos prazos)

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Artigo 16º

(Gestor do Contrato)

1 – A **MAI AMBIENTE** designa para gestor do contrato o Sr. Eduardo Machado, tendo como função o acompanhamento permanente da execução do contrato, designadamente a monitorização dos níveis de desempenho do fornecedor, técnico e financeiro e respetiva avaliação anual.

2 – Sempre que se verificarem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, o Gestor do Contrato deverá constituir evidência documental de todas as ocorrências existentes, devendo ainda encetar junto do fornecedor os procedimentos tendentes à sua correção, bem como a emissão de relatório devidamente fundamentado sobre o desempenho do fornecedor.

Artigo 17º

(Caução)

Não é exigível, nos termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 18º

(Seguros)

1 – É da responsabilidade do **Segundo Outorgante** a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguros legalmente exigidos para o exercício da respetiva atividade.

2 - A **MAI AMBIENTE** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Segundo Outorgante** fornecê-la no prazo de cinco dias úteis.

Artigo 19º
(Força maior)

1 - Não podem ser impostas penalidades ao **Segundo Outorgante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Artigo 20º

(Subcontratação e cessão da posição contratual)

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 21º

(Legislação aplicável)

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

O presente *Contrato* é elaborado em duplicado, constituído por 15 (quinze) folhas, sendo as mesmas rubricadas pelos Outorgantes, à excepção da última que vai pelos mesmos assinada.

Maia, 14 de Outubro de 2020.

PELA MAIA AMBIENTE:

PELO SEGUNDO OUTORGANTE:

0
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100